

Impactos na economia com a créditos de PIS/Cofins

No Brasil não é tarefa fácil criar um ambiente favorável gerando riquezas. Vivemos uma realidade, do ponto de vista de amanhã certamente funciona como um freio de nosso dia a dia, principalmente a tríplice aliança:

A Medida Provisória 1.227, recente do governo federal, trouxe significativas mudanças para as empresas que podem utilizar créditos de PIS e Cofins. Essas alterações têm gerado certo descontentamento em diversos setores, especialmente no setor agrícola. Uma das principais limitações impostas pela MP 1.227 nos setores econômicos e os impactos macroeconômicos, incluindo a recessão no Brasil e a desvalorização do real.



Principais limitações impostas pela MP 1.227

Compensação de créditos tributários

Uma das principais mudanças trazidas pela MP 1.227 é a alteração da compensação de créditos de PIS/Cofins. Antes da medida, empresas podiam utilizar créditos de PIS/Cofins para compensar débitos relativos a outros tributos administrados pela legislação. A nova legislação limita essa compensação, obrigando as empresas a utilizar os créditos de PIS/Cofins apenas para quitar débitos de PIS/Cofins, e não de outros tributos.

Desoneração da folha de pagamento

A MP 1.227 também afeta a compensação de créditos de PIS/Cofins com a desoneração da folha de pagamento. Anteriormente, era permitido compensar débitos de PIS/Cofins com créditos de PIS/Cofins gerados pela desoneração da folha de pagamento. A medida revogou essa possibilidade, obrigando as empresas a utilizar os créditos de PIS/Cofins apenas para quitar débitos de PIS/Cofins, e não para compensar débitos de PIS/Cofins gerados pela desoneração da folha de pagamento.

Revogação de hipóteses de ressarcimento

Outro ponto crucial da MP 1.227 é a revogação de várias hipóteses de ressarcimento de créditos de PIS/Cofins. Isso significa que as empresas não poderão obter reembolsos de créditos acumulados, o que pode impactar negativamente a economia.



de muitas organizações, especialmente aquelas que operam em setores fechados.

Descontentamento dos setores econômicos

Setor agrícola

O setor agrícola, um dos pilares da economia brasileira, expressa descontentamento com a MP 1.227. Produtores rurais enfrentam dificuldades com o PIS/Cofins devido à exportação de produtos, que sofre com limitações, a compensação desses créditos torna-se menos rentável para o setor. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil tem pressionado o governo por mudanças.

Outros setores

Além do setor agrícola, outros setores também expressam insatisfação com a medida, especialmente serviços e comércio, que já enfrentam altos custos operacionais e um entrave burocrático e financeiro. A Confederação Nacional das Indústrias e entidades empresariais destacam que a medida pode afetar negativamente as empresas, reduzindo a competitividade e dificultando o crescimento econômico.

Impacto macroeconômico

Retirada de capital

As restrições impostas pela MP 1.227 podem resultar em uma saída de capitais multinacionais, em particular, podem reconsiderar investimentos devido à complexidade tributária e ao aumento de custos operacionais. Isso pode impactar negativamente o mercado de trabalho e a economia como um todo.

Desvalorização do real

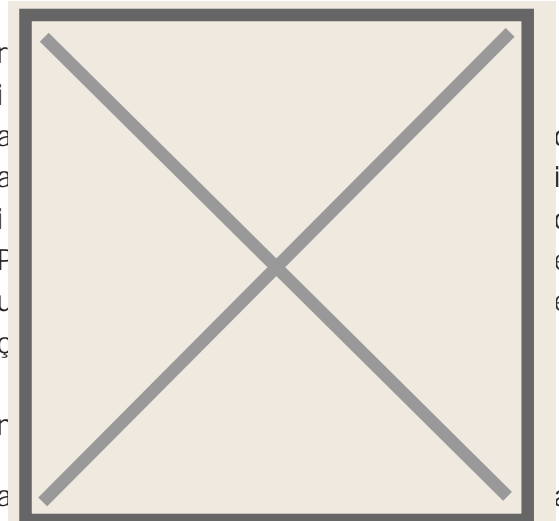
A retirada de capital e a redução de investimentos estrangeiros exercem pressão sobre a moeda nacional. Com menos dólares entrando no país, a moeda estrangeira diminui, resultando na desvalorização do real, o que pode agravar a inflação, já que produtos importados se tornam mais caros para a população.

Conclusão

A Medida Provisória 1.227 representa uma significativa alteração tributária de PIS e Cofins, com implicações abrangentes para o setor agrícola e outros setores da economia.

O descontentamento do setor agrícola evidencia os desafios da legislação. Além disso, os impactos como a potencial retirada de capital real, são preocupações adicionais que precisará monitorar de perto. Será crucial um diálogo contínuo com o setor produtivo, buscando soluções para a necessidade de arrecadação com competitividade e da saúde econômica.

O governo e o Congresso precisam de tomar medidas utilizando o feedback das consequências de seus atos para o futuro próximo de nossa economia. A fome de arrecadação do governo gera a dia tributário das empresas traz consigo um aumento da insegurança para quem quer investir no Brasil, criando barreiras para quem produz, lembrando que onde não há ordem, dificilmente



os,
iza
o
efe
e o
a

ar
xer

o futuro próximo
nossa economia. A fome de arrecadação do governo gera
a dia tributário das empresas traz consigo um aumento
insegurança para quem quer investir no Brasil, criando barreiras
produzem, lembrando que onde não há ordem, dificilmente

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-jun-11/impactos-na-economia-com>